

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.079.387 - SP (2017/0073826-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **ICCI COMERCIAL LTDA**  
**ADVOGADOS** : **SIDNEY PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - SP182679**  
: **GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI - SP276388**  
**AGRAVADO** : **HARRINGTON SOCIEDAD ANONIMA**  
**ADVOGADOS** : **VALÉRIO VALTER DE OLIVEIRA RAMOS - RS006758**  
: **MARCELO MANOEL BARBOSA - SP154281**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ART. 535, II, DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO. MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE. RAZÕES RECURSAIS. NÃO INCLUSÃO DE TODOS ELES. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem de forma fundamentada, inexistindo violação ao art. 535, II, do CPC/1973. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando encontra motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. No que tange à multa cominatória, o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente. Todavia, as razões recursais não incluem todos eles. Incidência, por analogia, da Súmula 283/STF.

3. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator